

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 8 DE JULHO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO**

### **PRESENCAS**

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Ricardo Jorge Morgado da Costa, em substituição do senhor Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa, nos termos do artigo 78º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

### **AUSÊNCIAS**

Justificada a ausência do senhor Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa, por motivos profissionais.

### **SECRETARIOU**

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

### **ABERTURA (COD. 02)**

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **FEIRA SEMANAL (COD. 25)**

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** começou por questionar o senhor Presidente da Câmara porque razão não permitiu aos feirantes que pudessem assistir a esta reunião de Câmara.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** questionou o senhor Presidente da Câmara se os feirantes solicitaram, ou não, ao senhor Presidente autorização para assistir à reunião de Câmara.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** e o senhor **Vereador José Correia da Silva** subscreveram as questões anteriormente colocadas pelos senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues e António Pinto Carreira

Tomou a palavra o senhor **Vice-Presidente da Câmara** para dizer que não tem conhecimento de tal pedido eventualmente efetuado pelos feirantes, porém a ser verdade, considera que só teria como objetivo a destabilização da reunião, uma vez que não está agendado nenhum assunto referente à feira semanal.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que alguns feirantes estão nos Paços do Município, porém como não tem sido prática recorrente que o público assista às reuniões privadas da Câmara e dado que não existe na ordem de trabalhos qualquer assunto relativo à feira semanal, entendeu que ao permitir que assistissem à reunião, tal seria apenas um fator de perturbação.

Adiantou que foi transmitido aos feirantes que no final da reunião estará disponível para os atender.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que não crê que houvesse por parte dos feirantes qualquer perturbação, mas apenas entende que se trata de um interesse manifestado de poderem assistir à reunião.

De seguida, disse que recebeu oficialmente um abaixo-assinado proveniente dos feirantes de Lamego, datado de junho de 2019 e que teve conhecimento de outro abaixo-assinado, pela via não oficial, datado de 29 de março do corrente ano, questionando o senhor Presidente da Câmara porque motivo não deu conhecimento deste último abaixo-assinado ao Executivo, ainda mais que este assunto não foi pacífico no seio do Executivo.

Afirmou que está mais do que provado que aquele espaço, para onde vai ser relocada a feira semanal, não reúne todas as condições, não tem espaço para todos os feirantes, promove a desigualdade. Acrescentou que o tempo para esta mudança é desadequado e não respeita os comerciantes, uma vez que pretende fazer a mudança numa data em que passados poucos dias terá de ser mudada novamente devido à realização das Festas dos Remédios.

Concluiu questionando o senhor Presidente da Câmara porque não repensa melhor a situação e tenha o bom senso para encontrar uma solução que não prejudique esta atividade comercial.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** afirmou que também não pode ignorar que recebeu o abaixo-assinado e sem repetir as razões aduzidas pelo senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, as quais subscreve, entende que o timing para efetuar a relocação da feira semanal não é o mais adequado.

Referiu que a sua perspetiva nada tem a ver com questões político-partidárias, nem opções ideológicas, apenas considera que mudar a feira semanal esta quinta-feira para o Largo D. Dinis e depois voltar a mudar para a Carreira Central (local já anunciado pelo senhor Presidente) e após o encerramento das Festas regressa ao Largo D. Dinis, não lhe parece que seja o mais sensato, entende que esta segunda mudança poderia ser evitada, não vendo razão para urgência de se mudar nesta altura do ano.

Neste sentido, propôs ao senhor Presidente da Câmara que a realocização da feira semanal ocorresse após o término das Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** concorda com as intervenções efetuadas anteriormente, afirmando que partilha da mesma opinião manifestada pelo senhor Vereador António Pinto Carreira.

Entende que já se aguardou tanto tempo para que ocorresse a mudança da feira semanal e não vê qual a urgência para que se mude já na próxima quinta-feira e não se possa aguardar mais dois meses, para que se efetive essa mudança em pleno, sem ter de passar ainda pela sua instalação na Carreira Central, uma vez que causa transtornos, sobretudo à população mais idosa.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** começou por corroborar as intervenções efetuadas anteriormente pelos senhores Vereadores, subscrivendo a proposta que o senhor Vereador António Pinto Carreira e reiterou as suas intervenções efetuadas nas reuniões aquando da discussão deste assunto.

De seguida disse que ficou surpreendido quando recebeu uma nota informativa da Câmara, com uma carta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara dirigida aos feirantes. Considera, por isso, que tal comunicação é a prova de que o Presidente da Câmara não tem dialogado com os feirantes, acrescentado ao facto de ter recebido um e-mail da Associação de Feiras e Mercados da Região Norte referindo que, desde o dia 4 de outubro de 2018, que tentam marcar uma reunião com o Presidente da Câmara e ainda não obtiveram qualquer resposta.

Disse que não percebe esta atitude, por parte do senhor Presidente da Câmara em não querer receber a referida Associação para lhes prestar os esclarecimentos de que necessitam.

De seguida, referiu que falou com um membro da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, sobre a instalação da feira semanal na Carreira Central durante a realização das Festas dos Remédios, o qual lhe transmitiu que não tinha recebido qualquer pedido por parte da Câmara para a cedência daquele espaço.

Por tudo o que acabou de referir, entende também que seria mais avisado que se deixasse a realocização da feira semanal para o período após as Festas de Nossa Senhora dos Remédios, esperando que o senhor Presidente da Câmara coloque a proposta, apresentada pelo senhor Vereador António Pinto Carreira, à votação.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que este processo foi um trabalho desenvolvido por vários serviços da Câmara e que culminou com a decisão do senhor Presidente de se fazer a mudança da feira, no próximo dia 11 de julho do corrente ano.

Na sua opinião, entende que a mudança da feira deva ocorrer agora, pois considera que se ocorrer só daqui a dois meses, nessa altura voltarão a discutir o mesmo e arranjar mais uma desculpa para que não se mude, postura que tem sido reiterada pelos senhores Vereadores da oposição, em obstaculizar a mudança.

Esclareceu que tem havido diálogo todas as semanas com os feirantes, através dos serviços, pois são estes que fazem a interlocução com os mesmos nos dias de feira, para além de serem recebidos individualmente com o Executivo em funções.

Esclareceu, ainda, que a carta comunicada através de nota informativa, foi distribuída em mão a todos os feirantes no dia de feira semanal, desconhecendo que a Associação representativa dos feirantes tenha presença assídua na feira de Lamego, pelo que entende que os interlocutores são os próprios feirantes e não a Associação de Feiras e Mercados da Região Norte, que aliás tem a sua sede no Porto.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que a realocização da feira semanal é matéria que o preocupa desde a época da campanha eleitoral, pelo que já nessa altura teve o cuidado de ouvir todos os feirantes deslocando-se à feira com esse objetivo.

Disse que, desde então até à presente data, tem tido o cuidado de ouvir individualmente todos os feirantes, que têm solicitado audiência e ouviu coletivamente cerca de 80 feirantes no Salão Nobre, pelo que não é verdade a insinuação do senhor Vereador José Correia da Silva.

Lembrou que a mudança da feira semanal tem sido adiada sucessivamente até que estivessem reunidas todas as condições, com vista a que este processo fosse o mais pacífico possível.

Disse que compreende a resistência à mudança por parte dos feirantes, face à situação que alguns registam de não cumprimento das regras, porque assim foram habituados por parte da estrutura e da organização de então que permitiu tal atitude.

Afirmou que regista com agrado que há uma posição consensual para que a feira seja realocizada no Largo D. Dinis no período após o encerramento das Festas. Porém entende que a mudança da feira deva ocorrer agora, para que cada um dos feirantes tenha

conhecimento do seu lugar e para que sejam resolvidas as questões que cada um venha a apontar.

Afirmou que os feirantes queriam assistir à reunião para colocar as suas questões. Sublinhou que tudo seria mais fácil se efetivamente fossem representados por uma estrutura associativa, porém nenhum deles disse que tinha uma estrutura que o representasse e a dar indicação para que essa estrutura fosse ouvida.

Disse que é um processo que pretende que seja desenvolvido de forma pacífica, e argumentações como as que o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues trouxe, não concorrem em nada para que tal ocorra.

Afirmou que o cabeça de lista da 2ª força política mais votada, pela sua voz, coloca aqui a ideia que esta deliberação da Câmara pode regredir e ser revogada, o que causa grande instabilidade nos feirantes.

Por outro lado, entende que a Av. D. Jacinto Botelho deve ser libertada num período em que mais gente visita a cidade de Lamego, dando uma melhor imagem e dignidade à cidade.

Sublinhou que não se trata de qualquer teimosia política, mas sim de uma decisão refletida, considerando este o timing mais assertivo para que ocorra a realocização da feira semanal.

Reiterou que este processo da mudança da feira é para concretizar, apelando aos senhores Vereadores que colaborem no sentido que se faça o mais pacificamente possível.

Lembrou, ainda que, em anos anteriores, durante a realização das Festas dos Remédios, a feira semanal não se realizava, o que pretende que este ano se faça. Solicitou, por isso que se os senhores Vereadores têm uma solução que preencha melhores requisitos que a transmitam agora.

Usou novamente da palavra o senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** para dizer que fica admirado com o facto de já terem delegado competências nos fiscais municipais, pois não têm de representar os políticos. Entende, por isso, que o Executivo Municipal em funções é que tem esse dever de ouvir e receber os feirantes.

Afirmou que lhe parece que o diálogo não tem ocorrido, pois nem sequer deu conhecimento ao Executivo do primeiro abaixo-assinado efetuado pelos feirantes.

Disse para o senhor Presidente da Câmara não retirar palavras da sua boca que não afirmou, pois existe uma deliberação tomada por maioria pelo Executivo, relativa à feira semanal que o Presidente tem de cumprir ou revogar.

Concluiu que o senhor Presidente da Câmara tem uma proposta que foi apresentada pelo senhor Vereador António Pinto Carreira que aguarda que a coloque à votação, nos termos regimentais.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** lembrou que de facto é legítimo, por parte do Executivo em funções, pretender relocalizar a feira semanal porque tal constava do seu programa eleitoral, o que também constava do seu, pois também entendia que a feira deveria ser mudada daquele local. Porém, disse que não entende qual é a urgência para que se mude já esta semana, por isso, tendo em conta que fez uma proposta, que fez de boa-fé e sem qualquer aproveitamento político, solicito ao senhor Presidente da Câmara que a coloque à votação nesta reunião.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** sugeriu ao senhor Presidente da Câmara que colocasse a votação a admissão da proposta na reunião de Câmara de hoje e de seguida que colocasse o assunto a votação.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que não é a primeira vez que os senhores Vereadores, em sede de reunião, tentam introduzir assuntos à discussão com propostas de deliberação apresentadas na hora, o que não está previsto no Regimento, no seu entendimento. Por isso, a proposta apresentada a ser mantida terá de vir na próxima reunião do Executivo.

Lembrou aos senhores Vereadores que após a deliberação tomada para mudança da feira, já questionaram quando se iria efetivar a mudança e agora com uma data anunciada não querem que se faça, mudando de opinião, ao sabor das pressões efetuadas nas redes sociais ou das pessoas, postura com a qual não pode concordar.

Entende que, neste momento, tudo o que se possa dizer sobre a feira semanal é apenas uma tentativa de baralhar e perturbar uma deliberação já tomada pelo Executivo e que tal atitude vai retirar credibilidade ao Município de Lamego e às decisões tomadas no seio da Câmara Municipal.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que o senhor Presidente da Câmara deveria dar um sinal de tolerância, relativamente a este assunto, e colocar a proposta apresentada pelo senhor Vereador António Pinto Carreira à votação, o que demonstraria bom senso, dado que se está numa altura em que os feirantes mais negócio fazem.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** questionou o senhor Presidente da Câmara se vai admitir, ou não, a sua proposta para ser incluída na ordem de trabalhos desta reunião, uma vez que para a próxima reunião seria extemporânea.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** lembrou ao senhor Presidente da Câmara que em tempos já trouxe ao Executivo outras propostas para serem admitidas e discutidas na própria reunião, sem agendamento prévio.

Adiantou, ainda, ao senhor Presidente da Câmara que, caso não coloque a proposta à deliberação para ser admitida na reunião de hoje, ausentar-se-á da reunião, pois não pode concordar com esta prepotência num país que se diz democrático.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** lembrou que a sua proposta seria nestes termos que a seguir se transcreve: *“Proponho que a deslocalização da feira semanal não ocorra antes da realização das Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios e que a mesma se execute no seguimento da deliberação já tomada pelo Executivo, após o encerramento das referidas Festas, deixando ao critério do Executivo em funções a designação de uma data para que tal aconteça.”*

A proposta foi prontamente subscrita pelos senhores Vereadores do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e Ricardo Jorge Morgado da Costa.

Tomou a palavra o senhor **Vice-Presidente da Câmara** para lembrar que no passado sempre que foram apresentadas propostas para serem incluídas no próprio dia na ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Câmara sempre apelou para que tal fosse unânime.

Por outro lado, disse que existem propostas de deliberação, efetuadas dentro do prazo previsto no Regimento e, não obstante, quando é pedido mais tempo pelos senhores Vereadores é concedido esse tempo, pelo que lhe parece que também necessitam de mais tempo para poderem pensar sobre esta proposta agora apresentada pelo senhor Vereador António Pinto Carreira, dada a importância deste assunto.

O senhor **Presidente da Câmara** entende que o regimento é claro e refere que a ordem do dia é estabelecida pelo Presidente da Câmara e só podem ser objeto de deliberação os assuntos nela incluídos. Não obstante, tem havido inclusões de assuntos na ordem de trabalhos, quando existe unanimidade de todo o Executivo, o que não é o caso.

Apesar de ser este o quadro legal, atenta a excecionalidade do tema “Feira Semanal”, sem que tal atitude constitua precedente (ou seja procedimento a seguir em casos futuros, o que não admitirá que ocorram novamente) irá permitir a discussão sobre a admissibilidade de tal proposta.

Seguidamente submeteu à votação a admissão da proposta apresentada pelo senhor Vereador António Pinto Carreira, para posterior deliberação.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada, por maioria, com quatro votos a favor, dos Vereadores do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e Ricardo Jorge Morgado da Costa e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” António Pinto Carreira e José

Correia da Silva e três votos contra, do Presidente da Câmara e dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** proferiu a seguinte declaração: *“Entendo que esta proposta apresentada pelo senhor Vereador António Pinto Carreira se trata de uma manobra dilatória relativamente ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Executivo em permanência, no sentido de relocalizar a feira semanal no Largo D. Dinis.*

*À semelhança do que se tem vindo a notar relativamente a outros dossiês, não têm em conta, quer o trabalho que é desenvolvido pelos serviços, quer as explicações que são dadas pelo senhor Presidente da Câmara.*

*Creio que o senhor Presidente da Câmara foi extremamente claro naquilo que aqui nos pode apresentar referente a esta relocalização de feira, quer à sua abertura relativamente à audição dos feirantes, individualmente e coletivamente. Tem estado de facto envolvido ativamente neste processo, com vista ao cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, no sentido de relocalização da feira semanal.*

*Creio que esta deliberação é mais uma manobra para prejudicar aquilo que é a atividade de gestão do Executivo em permanência e que, na minha perspetiva, vai criar junto dos feirantes mais perturbação pois não vão compreender como é que é tomada uma deliberação na reunião de Câmara no sentido de relocalizar da feira, depois via Executivo em permanência é agendada uma data para efetivação dessa relocalização e seguidamente em sede de Câmara é alterada essa data, sob proposta dos Vereadores da Oposição, diria da Coligação do PSD-CDS/PPM.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração: *“Acho que é um assunto sério demais para neste momento estar a ser discutido com esta leveza. Já por diversas vezes nestas reuniões de Câmara se pediu mais tempo para se analisar os assuntos, também agora deveríamos ter mais tempo para se pensar sobre este assunto. Até porque tem também uma questão ínsita que é da manutenção da feira semanal durante a realização das Festas dos Remédios, o que nos anos anteriores não se fazia.*

*Percebi, neste momento, após a apresentação da proposta do Vereador António Pinto Carreira e pela exigência que foi feita pelos Vereadores do PSD para que não fosse marcada uma data efetiva para a mudança da feira, que a máscara caiu, relativamente ao que se pretende fazer. Ou seja, não marcar uma data específica, para que chegada a altura, se volte a adiar novamente o assunto. Percebe-se perfeitamente a intenção deste jogo político que é de obstaculizar o trabalho que tem vindo a ser feito e a atuação do Executivo em funções, desde a deliberação tomada pela Câmara de relocalização da feira semanal e que, neste momento, vai ficar sem efeito, havendo outros problemas que*



*também vão ficar sem efeito, entendendo, por isso, que se deveria pensar melhor e não avançar com esta proposta de alteração de data.”*

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** proferiu a seguinte declaração: *“Também subscrevi a flexibilidade da data, porque da percepção que tive da proposta de que não se colocasse uma data precisa para a realocização da feira é para dar liberdade ao Presidente da Câmara para que seja o próprio a escolher uma data. Pois se foi o Presidente da Câmara que estabeleceu a data do dia 11 de junho para a realocização da feira semanal, também agora deve ter o direito de fixar nova data.”*

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração: *“A minha proposta não se tratou de nenhuma manobra dilatória. Entendo a minha proposta como sensata, razoável, oportuna, tendo em conta o que está em causa, pois não percebo qual é a pressa para que se mude agora e não se possa mudar no fim das Festas de Nossa Senhora dos Remédios, aliás já tinha dito isso noutras reuniões.*

*É importante que se perceba que o Executivo em funções não tem maioria, e como tal, nas decisões que são mais fraturantes, tem de dialogar e falar com as pessoas, não pode por e simplesmente impor e decidir por si, quando corre o risco de haver pessoas que pensem diferente. Essa é a base da democracia.”*

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** proferiu a seguinte declaração: *“Em primeiro lugar, quero dizer ao senhor Vice-Presidente que não existem aqui máscaras. Existe uma proposta apresentada e se a proposta foi apresentada com alguma leveza, conforme a caracterizou e que deveria ser ponderada, também rapidamente aceitava uma nova data sem que esta data fosse ponderada, pelo que lhe devolvo a crítica.*

*Pois se entende que a proposta foi posta com leveza, no sentido de dar poderes e confiar no Executivo para que pudesse marcar uma nova data que teve como principal motivo o desabafo da senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, que disse que a data de setembro seria inoportuna, pelo que entendi que deveria ser o Executivo em funções a definir uma nova data, o que sugeri e que aceito que se faça.*

*O que entendo é que não devemos estar a mudar a feira semanal duas vezes no espaço de dois meses. Acho também que esta questão que foi colocada não belisca a solução provisória de realização da feira semanal durante o período das Festas de Nossa Senhora dos Remédios.*

*Não se trata de nenhuma manobra dilatória, não há nenhuma máscara, há apenas intenção de não mudar e de não sujeitar a mudança da feira semanal a duas mudanças no espaço temporal de dois meses, confiando ao Executivo em funções a definição de uma nova data, desde que fundamentadamente o explique porque quer essa data e não outra.”*

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu a seguinte declaração: *“Percebo estes desabaços, essencialmente os da senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, uma vez que a feira semanal é um processo muito complicado e não estaria eventualmente preparada (pois não se aprende em poucos meses) e não tenha tido a força necessária para que a mudança da feira semanal tivesse ocorrido noutra data anterior, uma vez que o Executivo em funções pretendia que tivesse sido mudada no mais curto espaço de tempo possível.*

*Percebo ainda a incompetência do senhor Presidente da Câmara que também não conseguiu resolver o problema. O senhor Vice-Presidente da Câmara vem agora falar que há aqui máscaras, mas não há aqui nenhuma máscara, nem nunca houve. Estou à espera, isso sim, tal como está toda a gente à espera, que caia a sua máscara, o que já teve mais longe de acontecer.*

*Deixo registado que o sentido democrático do senhor Presidente da Câmara afinal veio a prevalecer e a permitir que se introduzisse na agenda a proposta do senhor Vereador António Pinto Carreira.”*

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** proferiu o seguinte: *“O dossiê da feira semanal foi presente à reunião de Câmara ainda quando detinha esse pelouro, pelo que iniciei todo esse processo e, aquando da redistribuição de pelouros, o assunto passou para a tutela do senhor Vice-Presidente da Câmara, mas quando isso ocorreu já havia todo um trabalho prévio realizado.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** proferiu o seguinte: *“A minha intenção de dizer que deveríamos sair desta reunião com uma data marcada para a realocização da feira semanal foi no sentido de que os feirantes e os lamecenses estão à espera de uma data específica. Deixar isso mais uma vez no limbo, sem marcar uma nova data, só irá criar nova perturbação.*

*O que quis dizer na minha intervenção é que, se vai ser votada esta proposta, acho que deve ser já definida uma nova data, devemos dar este sinal aos lamecenses, pelo que entendo que estas questões não devem ser tratadas tão ao de leve.”*

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu o seguinte: *“Começo por dizer ao senhor Vereador José Correia da Silva que a haver incompetência foi do Executivo da Coligação “Todos Juntos por Lamego” - PSD/CDS, que ao longo de anos sucessivos não foi capaz de realocar a feira semanal, como tinha destinado e em conformidade com o projeto que apresentou e executou para o Largo da Feira.*

*Não há aqui incompetência de nenhum dos Vereadores em funções; o facto da delegação de competências ter sido feito primeiro na Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha e*

*posteriormente no Vice-Presidente teve a ver unicamente com a redistribuição de pelouros, onde o assunto “feiras” era uma das vertentes.*

*O trabalho realizado pelos serviços relativo à feira semanal foi um trabalho demorado que levou meses a estar concretizado, porque a feira não podia ser realocizada enquanto subsistissem quaisquer constrangimentos, pelo que entendi que devia superiormente acompanhar o processo, o que fiz.*

*Chegados aqui, entendo que estão reunidas todas as condições para que a feira seja realocizada na data que anunciei. Não há, por isso, nenhuma razão de tática política; há o culminar de um trabalho que foi desenvolvido que permite, nesta data, realocar a feira. A interrupção no período das festas permitiria que houvesse um período de avaliação e de posterior resolução de pequenas questões que se suscitassem entretanto.*

*Tenho consciência de que o Executivo em permanência está em minoria e que a oposição do PSD/CDS/PPM também representa lamecenses. Assim, foi no exercício democrático que entendi não fazer nenhuma disputa legal sobre o mérito da discussão quanto à submissão da proposta e aceitei submeter o assunto a deliberação.*

*Reitero que estão reunidas todas as condições para que a feira seja realocizada na próxima quinta-feira, mas também não me custa aceitar que se possa marcar nova data, para consolidar a ideia dos senhores Vereadores que, por unanimidade, se possa mudar em setembro, após o encerramento das Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, adiantando que ficará desde já definida a data de 19 de setembro de 2019 para a realocização da feira semanal.”*

Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara submeteu à votação a proposta apresentada pelo senhor Vereador António Pinto Carreira e subscrita pelos senhores Vereador José Correia da Silva e pelos senhores Vereadores do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e Ricardo Jorge Morgado da Costa.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada, por maioria, com quatro votos a favor, dos Vereadores do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e Ricardo Jorge Morgado da Costa e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” António Pinto Carreira e José Correia da Silva e três votos contra, do Presidente da Câmara e dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha.

#### **CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)**

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** reportou-se, novamente, ao pedido que vem efetuando nas anteriores reuniões de cópia do despacho que permitiu o pagamento de 900.000€ à empresa Transdev, S.A., no ano de 2018, referente aos transportes

escolares, bem como cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de Contas, de recusa de visto, afirmando que considera grave o facto de não os entregar aos senhores Vereadores. De seguida, disse que teve conhecimento de um assunto, relativo à senhora Juliana Renata Cardoso Rodrigues Santos, questionando o senhor Presidente da Câmara o que se passa com este processo.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** colocou ao senhor Presidente o assunto que a seguir se transcreve: *"No dia 26 de fevereiro de 2019 foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 30/2019, que aprova o plano de intervenção para a requalificação e construção de residências de estudantes, e do qual consta a lista de municípios com imóveis a integrar no Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado.*

*De acordo com a alínea b) do artigo 6.º do referido diploma, devem ser criadas residências de estudantes do ensino superior quando as instituições de ensino superior públicas tenham unidades orgânicas em concelhos onde não existam residências de estudantes do ensino superior.*

*Esta situação aplica-se ao Município de Lamego, que tem uma unidade orgânica do Instituto Politécnico de Viseu – a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL) e não dispõe, até à presente data, de qualquer oferta de alojamento académico enquadrado no âmbito do plano em questão.*

*É inegável a importância que esta Escola tem para o Município, o que levou a que, nos anos 2014 e 2015, durante o governo PSD/CDS, se efetuasse um investimento de aproximadamente um milhão de euros, aproveitando verbas do POVT, no sentido de modernizar a Escola e de afirmar o seu projeto educativo, científico e cultural.*

*Neste sentido, a construção de uma residência seria mais um passo na afirmação da ESTGL, por forma a complementar a sua oferta educativa com uma oferta de alojamento académico destinado, especialmente, a estudantes carenciados abrangidos pela ação social escolar, bem como a estudantes internacionais.*

*Face ao exposto, e atendendo a que, da lista referida inicialmente, não consta qualquer edifício sito em Lamego, gostaria de saber qual foi a intervenção do Executivo antes e após do dia 26 de fevereiro de 2019, tendo em vista a concretização deste projeto em Lamego, aproveitando assim um plano nacional único e de mérito."*

O senhor **Vereador José Correia da Silva** colocou ao senhor Presidente da Câmara os assuntos que a seguir se transcrevem:

*"Feira da Bôla*

*Em 2011 a Câmara de Lamego apresentou uma candidatura da Bôla de Lamego que integrou um conjunto de 70 pré-finalistas na eleição das "7 Maravilhas da Gastronomia", numa primeira selecção entre 433 candidaturas de pratos de todo o país assegurada por*

*um painel de 70 especialistas. A concorrer na categoria de Entradas, a Bôla de Lamego competia directamente com a Alheira de Mirandela, o Queijo da Serra da Estrela, o Bolo do Caco, os Espargos com Ovos, as Lapas da Madeira, a Muxama de Atum, o Pastel de Bacalhau, os Pezinhos de Coentrada e o Presunto de Barrancos.*

*A passagem da Bôla de Lamego para o grupo dos 10 pré-finalistas de Entradas encheu de orgulho o Município de Lamego, entidade responsável pela respectiva candidatura, uma vez que o principal objectivo visava potenciar a promoção de um dos produtos gastronómicos mais genuínos do concelho.*

*Em 2018, assistimos ao lançamento do concurso "7 Maravilhas à Mesa" cujo objetivo consistia em receber candidaturas com diferentes patrimónios e ex-líbris de cada região, desde os petiscos tradicionais aos vinhos, azeites e pratos de peixe, marisco, carne e caça, mas também roteiros turísticos, incluindo "patrimónios históricos, culturais e naturais, museus, adegas, queijarias, eventos e experiências únicas", mas a Câmara Municipal de Lamego não apresentou qualquer candidatura ao concurso nacional das "7 Maravilhas à Mesa".*

*Estando a decorrer neste momento, em 2019, o concurso nacional "7 Maravilhas Doces de Portugal" que pretende recuperar e avivar as memórias que fazem de Portugal um país de mestres pasteleiros e as inovações que sabiamente introduzem os produtos únicos de cada região na arte da doçaria para homenagear em 2019, com a eleição das "7 Maravilhas Doces de Portugal", considerando a afamada pastelaria e doçaria de Lamego, nomeadamente, a nossa doçaria conventual, pergunto se a Câmara de Lamego apresentou alguma candidatura a este concurso nacional das "7 Maravilhas Doces de Portugal"?*

*Largo da Vitória*

*Na reunião de 25 de Março do corrente ano, questionei o senhor presidente sobre a reabertura do espaço municipal no Largo da Vitória nos seguintes termos:*

*"Considerando a posição que em devido tempo tornei pública, discordando, sobre a forma de cedência do espaço municipal do Largo da Vitória (antiga Sopa dos Pobres) e tendo conhecimento que atualmente esse espaço tem sido frequentado pelo senhor Presidente da Câmara para degustações gastronómicas e vínicas, pergunto ao senhor Presidente em que situação legal se encontra esse edifício municipal?"*

*Não respondendo cabalmente à questão, o senhor Presidente disse que: "a obra, referente ao equipamento situado no Largo da Vitória, foi efetuada pela empresa Além Douro, ao abrigo de um protocolo celebrado entre o Município de Lamego e a empresa Beira Douro.*

*Esclareceu que houve um procedimento legal de auscultação e contratação pública, sendo que após contratação com a empresa que irá explorar o local foram desenvolvidas todas*

*as diligências para proceder à legalização do estabelecimento, situação que não foi efetuada no anterior mandato."*

*Ora, considerando os elementos que tenho em minha posse e que dão conta que a documentação fiscal emitida pela empresa que actualmente explora aquele espaço, bem como o contrato de fornecimento de água celebrado com a Câmara Municipal estão em nome de -Sociedade Agrícola Vale da Buza - pergunto o seguinte:*

*- que procedimento legal foi realizado para a atribuição daquele espaço municipal à sociedade referida?*

*- o contrato de fornecimento de energia eléctrica está em nome do Município, ou da referida sociedade?*

*- a sociedade que actualmente explora este espaço municipal está a pagar algum valor de renda mensal ou outro que seja? Se sim, qual é esse valor e a quem está a ser pago?*

*Acrescento ainda, que sendo minha intenção comunicar esta situação às respectivas entidades de controlo e fiscalização da gestão dos bens públicos, passados 106 dias depois de já o ter feito em 25 de Março último, volto a solicitar ao senhor Presidente cópia do protocolo celebrado entre a Associação Beira Douro e cópia do protocolo existente com a empresa Além Douro, bem como a constituição da empresa Além Douro, caso seja do conhecimento do senhor Presidente."*

O senhor **Presidente da Câmara** começou por informar que a senhora Juliana Renata Cardoso Rodrigues Santos apresentou um pedido de licença sem vencimento de longa duração, em 20/02/2013, sendo que, desde essa data, não prestou mais serviço para o Município de Lamego.

Em 11/03/2019 requereu o regresso ao serviço, com efeitos a partir de 1 de julho de 2019, o qual foi objeto de informação técnica, nos termos legais e objeto de despacho proferido pela senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, que tutela os serviços dos Recursos Humanos, a qual solicitou um parecer à CCDRN, para esclarecimento das seguintes questões e citou: *"Se é admissível nos termos legais prorrogações de licenças concedidas com prazo determinado, no caso concreto de 11 meses para mais de 6 anos?"*

*- Na afirmativa se a requerente tinha obrigação de se apesentar ao serviço findo o prazo inicial?*

*- Na negativa, não sendo legalmente admissível, se o vínculo jurídico de trabalho em funções públicas, se extinguiu?*

*- Se não sendo legalmente admissível, se os deferimentos concedidos vinculam o deferimento da pretensão atual da requerente?*

*- E se não tendo a requerente justificado a data do termo da situação de colocação do respectivo cônjuge no estrangeiro, se aplica o disposto no artigo 282º-6º da lei nº 35/2014, de 20.06?”*

Referiu que este é o teor do pedido de parecer à CCDRN, o qual irá fundamentar a decisão a tomar sobre o requerimento apresentado pela requerente em 11/03/2019.

Respondendo ao senhor Vereador José Correia da Silva, disse que não apresentou nenhuma candidatura às 7 Maravilhas Doces de Portugal e que haverá mais oportunidades.

Quanto ao espaço do Largo da Vitória, disse que é um assunto sobejamente do conhecimento do senhor Vereador José Correia da Silva, uma vez que os protocolos foram celebrados pelo anterior Executivo, tendo, por isso, conhecimento de todos os documentos inerentes. No entanto, afirmou que os mesmos serão enviados para conhecimento de todos os Vereadores.

No que concerne ao assunto colocado pelo senhor Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa, referiu que desde a aprovação do diploma que tem acompanhado muito de perto e tem reunido com a Direção do IPV e da ESTGL. Adiantou que a autarquia não tinha e não tem nenhum edifício que preenchesse esses requisitos, o que estão a diligenciar, quer pela via da aquisição ou envolvendo privados com a constituição de parcerias.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** sublinhou que tem fundadas dúvidas se a senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha pode efetuar o despacho que o senhor Presidente da Câmara acabou de citar.

De seguida, disse que não tem qualquer dúvida de que essa atitude está subjacente a um despedimento, porque não se admite que se demore desde 11/3/2019 até 28/6/2019 para tomar uma decisão que prejudique a senhora Juliana Renata Cardoso Rodrigues Santos que, a seu ver, ainda é trabalhadora do Município, pois entende que ainda não perdeu o vínculo à função pública, pese embora seja visível que o Partido Socialista quer que ela a perca.

Considera inadmissível que uma trabalhadora que está com licença sem vencimento devidamente autorizada e que pede para regressar ao serviço e não se limitam a cumprir a lei, antes pelo contrário vão rebuscar questões do passado e vão tentar saber da legalidade. Considerou um comportamento miserável.

Sublinhou que, olhando para o passado vê o sangue frio com que foi despedido o antigo Presidente da JSD e o sangue frio com que foi despedida outra trabalhadora, começa a pensar que isso vai ser um facto e uma orientação de um Presidente da Câmara que nem sequer assume estas decisões e as delega num Vereador.

Considera lamentável que se mande fiscais municipais a casa da trabalhadora Juliana Renata Cardoso Rodrigues Santos no último segundo do prazo que tinha para a notificar para não se apresentar ao serviço, alegando um parecer solicitado à CCDRN, como se esta instituição fosse um tribunal.

Disse que são manobras que o deixam profundamente triste, ainda mais que são feitas tendo um único objetivo que é o despedimento, frisou.

Apelou ao senhor Presidente da Câmara que tome conta deste assunto, uma vez que transmite uma má imagem da Câmara, é mau para a trabalhadora Juliana Renata Cardoso Rodrigues Santos e com estas injustiças não pode compactuar, frisou.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que não pode ignorar este assunto, uma vez que também teve conhecimento do mesmo.

Disse que não compreende a razão de tanta demora na análise de um assunto que deu entrada nos serviços em março do corrente ano. Afirmou que, do que pode verificar, disse que os serviços dão parecer favorável e depois existe um despacho proferido pela senhora Vereadora a dizer que existem dúvidas de legalidade, confinando com uma resposta dada à requerente no último minuto.

Lembrou que a decisão deveria ter sido comunicada, nos termos previstos no CPA, no prazo de 10 dias, princípio da decisão, pelo que não havendo decisão, poderiam eventualmente recorrer-se de um parecer, porém o mesmo não tem qualquer força vinculativa.

Afirmou que, na sua opinião, dar uma resposta à trabalhadora, dizendo que vão pedir um parecer, não considera que seja um ato administrativo, o que se deveria ter sido dito na resposta era se o pedido da requerente era ou não deferido.

Concluiu que lhe parece que estão a cometer um erro técnico, para o qual não quer contribuir.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** disse que, quanto a este assunto partilhava das mesmas dúvidas suscitadas pelos senhores Vereadores que o antecederam.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** insistiu com o senhor Presidente da Câmara, afirmando que o que questionou foi se existe algum protocolo celebrado entre a Câmara e a empresa Além Douro, o qual já solicitou cópia e que ainda não recebeu.

Lembrou que, neste momento, não é, nem a Associação Beira Douro, nem a empresa Além Douro que estão a explorar aquele espaço, mas sim uma outra empresa, pelo que questionou o senhor Presidente da Câmara qual foi o procedimento legal para atribuir o espaço àquela empresa, se houve, ou não houve.



Questionou ainda, caso exista, se o contrato de fornecimento de energia elétrica está em nome do Município, ou da referida sociedade. Se a sociedade que atualmente explora este espaço municipal está a pagar algum valor de renda mensal ou outro que seja. Se sim, qual é esse valor é a quem está a ser pago.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu o senhor Vereador José Correia da Silva, que essas questões já foram respondidas na última vez que as colocou, pelo que este assunto está devidamente escalpelizado.

Esclareceu que os protocolos celebrados com a Associação Beira Douro e sociedade Além Douro foram aprovados pelo anterior Executivo e que o senhor Vereador à data desempenhava funções no staff político. Relativamente ao procedimento que levou à adjudicação da atual entidade que explora o espaço, disse que houve procedimento de consulta a três empresas, tendo sido apresentadas algumas propostas e foi no seguimento desse procedimento que a adjudicação foi efetuada, cujos documentos também serão remetidos ao senhor Vereador, não obstante, já terem conhecimento informal dos mesmos. Sublinhou que os procedimentos da anterior gestão não são seguidos pelo atual Executivo. Disse que, no momento, não sabe qual o valor exato da prestação mensal. Referiu ainda que também é do conhecimento do senhor Vereador que o Presidente da Câmara exerce a gerência da sociedade, explicando que, como já o afirmou anteriormente, que se a decisão de constituir a sociedade tivesse sido sua, nunca admitiria tal procedimento. Clarificou que apenas se limitou a dar seguimento a uma forma de utilização daquele espaço colocando-o à disposição da população.

De seguida, disse ao senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues que não pode admitir que diga que o Partido Socialista quer que a senhora Juliana Renata perca o vínculo, pois não lhe interessa saber das vontades do Partido Socialista, muito menos quer saber das vontades do PSD local, com os dirigentes que tinha à data, partido que alimentou, anos a fio, a clientela política sem quaisquer procedimentos concursais.

Lembrou, a título de exemplo, que 33 funcionários foram admitidos por uma Associação de Freguesias sem qualquer procedimento concursal e por mera contratação, exigindo apenas o “cartão laranja” a quem não o tivesse. Sublinhou que tais práticas não são as do Partido Socialista. No seguimento do procedimento concursal que se realizou, das 62 pessoas que prestavam serviços nas escolas, admitidos sem qualquer procedimento, apenas duas pessoas não entraram por não preencherem os requisitos, por decisão do júri, o qual foi soberano e íntegro nas suas decisões.

Esclareceu que os serviços dão parecer favorável apenas à existência de vaga no mapa de pessoal, não informam quanto à pertinência do pedido, isto é, se reúne ou não

requisitos para que o pedido seja deferido, isso não é apreciado, nem na informação técnica, nem no parecer do Chefe da DAC.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que não retirava nenhuma palavra das suas palavras anteriormente proferidas.

De seguida, disse ao senhor Presidente da Câmara que não tem nada a ver com os procedimentos que foram feitos pela anterior gestão, questionando o senhor Presidente, se os males vêm todos do anterior Executivo, dado que eram os incumpridores da lei, quantos trabalhadores estão a trabalhar no Município de Lamego sem qualquer procedimento concursal.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** disse que o senhor Presidente da Câmara pensa ter respondido a algumas afirmações que acabou de dizer, mas não estão, admitindo que as tivesse pensado, mas não estão transcritas na ata.

De seguida, solicitou cópia do procedimento de consulta às três empresas para a exploração daquele espaço e que deu origem à empresa que hoje explora aquele espaço.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que se as preocupações manifestadas hoje pelo senhor Vereador José Correia da Silva com a legalidade dos procedimentos e das decisões fossem as mesmas ao longo dos últimos três mandatos, o Município de Lamego não chegaria onde chegou e os problemas que irão ter de defrontar durante décadas, não seriam os mesmos se essa preocupação existisse e fosse consequente.

Sublinhou que o que sempre afirmou é que a gestão da Coligação “Todos Juntos por Lamego” pautou-se por comportamentos ilegais reiterados e contínuos nos diversos domínios, nomeadamente na gestão dos recursos humanos.

Acrescentou que o mapa de pessoal é do conhecimento do Executivo Municipal e Assembleia Municipal e a relação das pessoas contratadas em regime de prestação de serviços (avenças) também é do conhecimento deste órgão.

## ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

**01-ASSUNTO:** ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 1 DE JULHO DE 2019 (COD. 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 1 de julho de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto

ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores António Pinto Carreira e Ricardo Jorge Morgado da Costa, por não terem participado na referida reunião.

## DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04

### **02-ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO DO TEATRO RIBEIRO CONCEIÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2018 (COD 20)**

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo do teor do relatório de Gestão do Teatro Ribeiro Conceição, referente ao ano de 2018.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** afirmou que, sobre este relatório de Gestão do Teatro Ribeiro Conceição, referente ao ano de 2018, apenas quer dizer o seguinte e passo a citar: *“se tivesse de gerir o Teatro Ribeiro Conceição e lê-se este relatório ficaria pouco melhor do que estaria sem o ler, tais são as imprecisões que o mesmo contém.”*

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** afirmou que ao ler este relatório do TRC, verificou que faltam elementos extremamente importantes para se possa ser designado relatório de gestão, tais como: quais os recursos utilizados no Teatro, nomeadamente financeiros, materiais e quais os custos indiretos que poderão não ser muito relevantes, mas que gostaria de ter conhecimento dos mesmos, tais como: quais os gastos com energia elétrica, água, recursos humanos, quais os gastos com os concertos e quem os promove, para poder fazer uma avaliação precisa sobre este documento, para no ano seguinte se poder melhorar.

Concluiu que, com o respeito e estima pessoal que tem pelo autor deste relatório, considere ser um documento inútil, ficando muito aquém do que era espectável, pois carece de muita informação imprescindível, para ser designado de relatório de gestão.

O senhor **Vereador Ricardo Jorge Morgado da Costa** começou por referir que alguma utilidade este relatório do Teatro Ribeiro Conceição tem, pois tem informação fidedigna sobre o que foi a programação no mesmo no ano de 2018, tendo também informação sobre os gastos com os recursos humanos.

No entanto, afirmou que, a seu ver, tem algumas falhas, as quais deveriam estas plasmadas neste relatório, a bem da transparência, nomeadamente, custo por ação, ou seja quantificar o custo por cada ação desenvolvida e saber qual o retorno que teve a nível de bilhética. Por outro lado, carece também de esclarecimentos a página 30 deste

documento, pois não tem informação quanto ao modo de contratação dos serviços, com indicação das entidades prestadores, datas da prestação, e como se chegou a essas entidades, que são elencados. Sugeriu, por isso, ao senhor Presidente da Câmara que este relatório fosse melhorado, a bem da transparência.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** sobre este assunto proferiu a seguinte declaração:

*“Depois de muita insistência, coisa habitual neste executivo pautado pela “decência e transparência”, finalmente a meio do ano de 2019, é-nos apresentado o referido Relatório de Gestão do Teatro Ribeiro Conceição referente ao ano de 2018.*

*Saliento que um relatório de gestão é um instrumento essencial para a recolha de dados e planeamento estratégico de qualquer serviço. Ele tem a função de evidenciar os resultados dos trabalhos executados e, com isso, direcionar os responsáveis para a tomada de decisões.*

*Tudo aquilo que um Relatório deve ter, este ou não tem, ou terá, mas de forma pouco clara:*

- *Não é claro na forma como apresenta os numeros de espectadores, quando os apresenta;*
  - *Não é claro na forma como contabiliza a receita de bilheteira por espetáculo;*
  - *Não apresenta custos de funcionamento diretos e indiretos, como sejam custos de contratação de artistas, alimentação, alojamento, etc.*
- Com este Relatório ficamos efetivamente a saber muito pouco, pior do que isso é um instrumento que não nos deixa perceber em que sentido caminha o mais importante equipamento cultural do concelho, que poderia e deveria ser um equipamento de referência na região.”*

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** disse que este relatório sintético apresenta a programação desenvolvida ao longo do ano de 2018 no Teatro Ribeiro Conceição. O Teatro Ribeiro Conceição desenvolveu uma programação variada e dirigida a um público diversificado, com diferentes públicos. Acrescentou que ao longo do ano de 2018 o Teatro Ribeiro Conceição se pautou por ter uma atividade regular em várias áreas, culturais, cinema, teatro, eventos de cariz multidisciplinar, musical, dança e exposições.

Esclareceu que o Teatro teve um total de 113 atividades, concretamente 42 sessões de cinema, 17 peças de teatro, incluindo um projeto experimental de teatro para a infância, tendo atraído para o Teatro 6823 crianças, desde o pré-primário ao secundário, com o intuito de formar públicos.

Acrescentou que passaram pelo palco do Teatro, no ano de 2018, artistas de renome nacional e local, o que espelha a importância que o Executivo em funções dá ao Teatro

Ribeiro Conceição, como: Ana Bacalhau; Carolina Deslandes; Ana Moura; Pedro Abrunhosa; Rita Red Shoes; Camané e a artista local, Helena Sarmiento.

Concluiu que acolhe as críticas que foram apresentadas pelos senhores Vereadores, entendendo que poderia e deveria conter outros elementos, tais como balancete dos custos e listagem dos protocolos que foram celebrados com as diversas entidades, os quais vão ser integrados neste relatório, pelo que o mesmo será aditado com informação detalhada no que concebe às contas.

Frisou que os espetáculos foram contratados cumprindo escrupulosamente todas as regras do Código dos Contratos Públicos.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que, não obstante, sejam de acolher as sugestões, apresentadas pelos senhores Vereadores que são pertinentes, pela primeira vez se vê a diferença entre aquilo que é uma gestão pública efetuada pelo Município num equipamento público, e o que é a gestão privada subsidiada no mesmo equipamento.

Saudou, por isso, este relatório de gestão do Teatro Ribeiro Conceição e que, futuramente, seja apresentado mais pormenorizado.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que este relatório de gestão do Teatro Ribeiro Conceição não resulta de nenhuma insistência, por parte dos senhores Vereadores. Resulta, naturalmente, daquilo que é uma forma de trabalho, cumprindo os princípios da decência e da transparência e de quando é considerado oportuno, após reunidos todos os elementos.

Afirmou que há elementos que poderiam constar do relatório, nomeadamente informação quanto à gestão financeira, porém isso não quer dizer que a mesma não tenha sido feita cumprindo escrupulosamente as regras de contratação pública.

Salientou o trabalho efetuado pelos serviços e colaboradores municipais que ao longo do ano de 2018 permitiram que a programação do Teatro Ribeiro Conceição fosse o sucesso que foi. Disse que esta exigência de rigor na gestão financeira do Teatro Ribeiro Conceição irá continuar a estar presente, sendo uma exigência e preocupação constante do Executivo em funções.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** afirmou que comunga dos méritos da programação do Teatro Ribeiro Conceição, referente ao ano de 2018. Disse que não consegue é perceber quais os custos totais envolvidos com tal programação, o que solicitou.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que, quer pela conta de gerência, quer pela informação financeira mensal, as despesas do Teatro Ribeiro Conceição resultam claras, sendo certo que é pertinente a crítica dos senhores Vereadores, pois deveriam constar deste relatório o que permitiria comparar com anos anteriores.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

**03-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** MARIA LÚCIA DO CARMO CORREIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 557/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Lúcia do Carmo Correia solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Maria Lúcia do Carmo Correia, cliente n.º 19376, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**04-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** CARLA ISABEL GONÇALVES SOEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 558/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Carla Isabel Gonçalves Soeiro solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Carla Isabel Gonçalves Soeiro, cliente n.º 28801, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**05-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** MARIA OTÍLIA DUARTE PEREIRA RODRIGUES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 559/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Otília Duarte Pereira Rodrigues solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Maria Otília Duarte Pereira Rodrigues, cliente n.º 19191, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**06-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** MARIA DE LURDES CÂNDIDA XAVIER

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 560/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria de Lurdes Cândida Xavier solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Maria de Lurdes Cândida Xavier, cliente n.º 19333, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**07-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** DELFINA DO CARMO NOGUEIRA DA FONSECA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 561/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Delfina do Carmo Nogueira da Fonseca solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que

propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Delfina do Carmo Nogueira da Fonseca, cliente n.º 15463, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**08-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** MARIA REGINA GOUVEIA PINHEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 562/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Regina Gouveia Pinheiro solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Maria Regina Gouveia Pinheiro, cliente n.º 14384, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**09-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** JUDITE DA CONCEIÇÃO PAIVA RODRIGUES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 563/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Judite da Conceição Paiva Rodrigues solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Judite da Conceição Paiva Rodrigues, cliente n.º 28587, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**10-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** ISILDA SUSANA SILVA BATISTA COELHO



Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 564/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Isilda Susana Silva Batista Coelho, cliente n.º 26811, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**11-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** MARIA SOLEDADE NEVES RODRIGUES ESTEVES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 565/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Soledade Neves Rodrigues Esteves solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Maria Soledade Neves Rodrigues Esteves, cliente n.º 12767, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**12-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** ENGRÁCIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA CORREIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 566/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Engrácia da Conceição Teixeira Correia solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que

propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Engrácia da Conceição Teixeira Correia, cliente n.º 18688, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**13-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** NORBERTO JOÃO PINTO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 567/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Norberto João Pinto solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Norberto João Pinto, cliente n.º 20232, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**14-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** MANUEL DOS SANTOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 568/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Manuel dos Santos solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Manuel dos Santos, cliente n.º 20014, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**15-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** APRÍGIO DOS SANTOS TEIXEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 569/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Aprígio dos Santos Teixeira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Aprígio dos Santos Teixeira, cliente n.º 4441, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**16-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: FRANCISCO NUNES XAVIER**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 570/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Francisco Nunes Xavier solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Francisco Nunes Xavier, cliente n.º 3385, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**17-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 571/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor José Ribeiro dos Santos solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara

Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de José Ribeiro dos Santos, cliente n.º 8169, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**18-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** ALFREDO DUARTE FONSECA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 572/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Alfredo Duarte Fonseca solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Alfredo Duarte Fonseca, cliente n.º 16274, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**19-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** ETÍLIO DOS REIS CORREIA PINTO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 573/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Etílio dos Reis Correia Pinto solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Etílio dos Reis Correia Pinto, cliente n.º 3325, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**20-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** FERNANDO JOSÉ TEIXEIRA LOUREIRO DA FONSECA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 574/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Fernando José Teixeira Loureiro da Fonseca solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Fernando José Teixeira Loureiro da Fonseca, cliente n.º 11985, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**21-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: FILIPE NUNO BRANCO PINTO TAVEIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 575/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Filipe Nuno Branco Pinto Taveira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Filipe Nuno Branco Pinto Taveira, cliente n.º 18865, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**22-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: LAURINDA ALVES BARROQUINHO VIEIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 576/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Laurinda Alves Barroquinho Vieira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à

Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Laurinda Alves Barroquinho Vieira, cliente n.º 13793, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**23-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** ARMANDO MARQUES OLIVEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 577/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Armando Marques Oliveira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da integração dos consumos de água de Armando Marques Oliveira, cliente n.º 28422, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**24-ASSUNTO:** PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** OBRA KOLPING DE PORTUGAL

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 578/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 4391/DASU de 13/06/19, propondo ao Executivo Municipal, se digne deliberar a aplicação do tarifário especial social para utilizadores não-domésticos, aos consumos de água das instalações prediais n.ºs 8880 e 13988, sitas na freguesia de Lamego, da Obra Kolping Portugal, titular dos respetivos contratos da prestação de serviços de fornecimento de água, de drenagem de águas residuais e da gestão de resíduos sólidos urbanos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**25-ASSUNTO:** ANULAÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL DE DÍVIDA DE ÁGUA (COD 01)

**CONSUMIDOR:** FERNANDO DA CONCEIÇÃO ROSÁRIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 579/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 4836/DASU de 03/06/2019, propondo à Câmara Municipal, a anulação do processo de execução fiscal, relativo ao processo de faturação do mês de fevereiro de 2019, do senhor Fernando da Conceição Rosária, cliente n.º 19318.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**26-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA AJUDA EM SOUTO COVO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 51)

**REQUERENTE:** COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DA AJUDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 580/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Ajuda, que decorrerão nos dias 12 a 14 de julho de 2019, no Lugar de Souto Covo, freguesia de Lamego, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**27-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO EM ALVELOS E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 51)

**REQUERENTE:** ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ALVELOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 581/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra de Nossa Senhora do Amparo, que decorrerão nos dias 12 a 14 de julho de 2019, no Lugar de Alvelos, freguesia de Lamego, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**28-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSO SENHOR DO CALVÁRIO EM BRITIANDE E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 51)

**REQUERENTE:** IRMANDADE DO SENHOR DO CALVÁRIO DA PARÓQUIA DE BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 582/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra de Nosso Senhor do Calvário, que decorrerão nos dias 13 a 14 de julho de 2019, na freguesia de Britiande, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**29-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE S. TIAGO EM SANDE E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (**COD 51**)

**REQUERENTE:** FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 583/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra de S. Tiago, que decorrerão nos dias 19 a 22 de julho de 2019, na freguesia de Sande, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**30-ASSUNTO:** PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS AO PARQUÍMETRO (**COD 62**)

**REQUERENTE:** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A PROMOÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 583/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 4083/DASU de 07/06/2019, propondo à Câmara Municipal, se digne deliberar a audiência prévia da Associação Portuguesa para a Promoção da Dignidade Humana, para que, nos termos do artigo 121º do C.P.A., por escrito, se pronuncie sobre o projeto de decisão de indeferimento do seu pedido de isenção de pagamento de taxas nas zonas de estacionamento de duração limitada (parquímetros), da cidade de Lamego.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, promover-se audiência prévia da interessada, nos termos do artigo 121º e 122º do C.P.A., no prazo de 10 dias, atento o sentido provável de indeferimento do pedido da requerente, de isenção de pagamento de taxas nas zonas de estacionamento de duração limitada (parquímetros), da cidade de Lamego.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares – CÓD. DOU 05 | OP 01

**31-ASSUNTO:** ACOMPANHAMENTO DO PDM DE RESENDE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD. 48**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 585/48/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que ratifique o seu despacho datado de 01/07/2019, através do qual nomeou o senhor Eng. Manuel Campos Marques, como representante da Câmara



Municipal de Lamego e a senhora Eng. Isabel Maria Lázaro Rodrigues, como suplente, da Comissão Consultiva de Acompanhamento do PDM de Resende.

**Deliberação:** Ratificado por unanimidade.

**32-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 478/14 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** ANTÓNIO CARLOS REBELO FERREIRA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO CABO – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 586/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1367/DOU, de 17/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 19/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**33-ASSUNTO: ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO – PROC. 543/18 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** MARCO PAULO DA COSTA RODRIGUES

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA SANTINHA, S. JOÃO – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 587/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1468/DOU, de 27/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 27/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**34-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 590/18 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** JAIME DE FREITAS CORREIA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA CALÇADA – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 588/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1460/DOU, de 26/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 28/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual

redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**35-ASSUNTO:** COLOCAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS – PROC. 173/18 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** JOSÉ FERNANDO MARTINS DE MOURA

**LOCAL DA OBRA:** RUA POMBALINA – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 589/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1455/DOU, de 25/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 27/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**36-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 221/16 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** CARMINA CARVALHO PEREIRA LIMA

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DA FONTE – VILA MEÃ – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 590/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1459/DOU, de 26/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 28/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**37-ASSUNTO:** LEGALIZAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA HABITAÇÃO – PROC. 23/19 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** CLOTILDE RIBEIRO RODRIGUES

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO FOJO – MATANCINHA – PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 591/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1402/DOU, de 19/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 24/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos

do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**38-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 114/12 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** JOSÉ MARTINS GOMES

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO CURRAL – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 592/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1365/DOU, de 17/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 24/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento das alterações à obra de construção de uma habitação.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**39-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM – PROC. 351/18 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** ATWALL – ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO UNIPESSOAL

**LOCAL DA OBRA:** ZONA INDUSTRIAL DE LAMEGO - LUGAR DO CERRO LOTE 2 – VÁRZEA DE ABRUNHAIS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 593/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1410/DOU, de 19/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 24/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento da obra de construção de um armazém, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**40-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 125/19 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** JOSÉ FILIPE SILVA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE SUCRES – PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 594/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1411/DOU, de 19/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 24/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos

do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação e anexos, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**41-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 232/15 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** ANTÓNIO JOSÉ ALVES DA SILVA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE RIBEIRO DA PORTA - LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 595/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1427/DOU, de 24/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 26/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o deferimento do pedido de prorrogação do prazo da licença de construção n.º 7/17, por doze meses.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**42-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 21/13 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** ANTÓNIO SÉRGIO GONÇALVES OLIVEIRA CARDOSO

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO FREIXO - LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 596/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1440/DOU, de 24/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 26/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o deferimento do pedido de prorrogação do prazo da licença de construção n.º 47/17, por doze meses.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**43-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIO HABITACIONAL EM TURISMO EM ESPAÇO RURAL – PROC. 410/16 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** MARIA LEONOR ALMEIDA BRANDÃO VASQUES OSÓRIO

**LOCAL DA OBRA:** RUA POMBALINA – QUINTA DA SALADA - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 597/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1428/DOU, de 24/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 26/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o deferimento do pedido de prorrogação do prazo da licença de construção n.º 37/18, por seis meses.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**44-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE DOIS EDIFÍCIOS – PROC. 347/17  
(COD. 42)

**REQUERENTE:** BRUNO JOAQUIM CONDE PINTO

**LOCAL DA OBRA:** RUA DE FAFEL - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 598/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 998/DOU, de 03/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 19/06/2019, que refere que o requerente foi notificado do projeto de decisão de indeferimento do pedido de redução de taxas, no entanto não se pronunciou no prazo concedido, pelo que propõe que a Câmara Municipal, delibere o indeferimento definitivo do pedido de redução de taxas.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**45-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 322/18  
(COD. 42)

**REQUERENTE:** VÂNIA SOFIA MONTEIRO AMARO

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE CHALET - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 599/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1385/DOU, de 18/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 21/06/2019, propondo à Câmara que delibere a audiência prévia da interessada, nos termos do artigo 122º do C.P.A., do projeto de decisão de indeferimento do seu pedido de licenciamento, nos termos da alínea a) do n.º 1 artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, promover-se audiência prévia da requerente, nos termos do artigo 121º e 122º do C.P.A., no prazo de 10 dias, atento o sentido provável de indeferimento do seu pedido de licenciamento.

**46-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE ARRUMOS AGRÍCOLAS – PROC. 63/19 (COD. 42)

**REQUERENTE:** DAVID DA ANUNCIAÇÃO MONTEIRO

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE GALES - LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 600/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1447/DOU, de 25/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 27/06/2019, propondo à Câmara que delibere a audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 122º do C.P.A., do projeto de decisão de indeferimento do seu pedido de licenciamento, nos termos da alínea a) do n.º 1 artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

**Deliberação:** A Câmara deliberou, por unanimidade, promover-se audiência prévia do requerente, nos termos do artigo 121º e 122º do C.P.A., no prazo de 10 dias, atento o sentido provável de indeferimento do seu pedido de licenciamento.

**47-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 265/09  
(COD 42)

**REQUERENTE:** PAULO ALEXANDRE DA COSTA FERREIRA

**LOCAL DA OBRA:** RUA DO FORNO – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 601/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que surge no seguimento da informação n.º 1415, de 21/06/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 28/06/2019, a qual refere que as obras se encontram suspensas desde 2012, pelo que a licença caducou, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 71º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado.

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere promover a audiência prévia ao requerente, nos termos do n.º 5 do citado artigo.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

**48-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 428/16 (COD 42)

**REQUERENTE:** JOSÉ CARLOS COSTA PEREIRA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE PONTE CABRIL – UNIÃO DE FREGUESIAS DE CEPÕES, MEIJINHOS E MELCÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 602/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que surge no seguimento da informação n.º 1374, de 18/06/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 28/06/2019, a qual refere que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras, no prazo de um ano após a notificação, pelo que o ato que de licenciamento caduca, nos termos do nº 2 do artigo 71º do decreto-lei nº 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado.

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere promover a audiência prévia ao requerente, nos termos do n.º 5 do citado artigo.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

**49-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UM ENTREPOSTO DE FRUTAS E PRODUTOS HORTÍCOLAS - PROC. 359/16 (COD. 42)

**REQUERENTE:** FRUTAREAL – COMÉRCIO DE FRUTAS, LDA.

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE CASAL DO CHÃO - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 603/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1412/DOU, de 19/06/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 28/06/2019, que refere que a requerente não apresentou os projetos de especialidade no prazo legal (6 meses+ 6 meses de suspensão), o ato que aprovou o projeto de arquitetura caducou, nos termos n.º 6 do artigo 20.º do Decreto-lei 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara municipal com a audiência prévia da interessada.

Assim propõe que a Câmara deliberar promover a audiência prévia da requerente.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**50-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO E COMÉRCIO – PROC. 476/17 **(COD. 42)**

**REQUERENTE:** PAULA CRISTINA MATIAS DOS SANTOS COSTA

**LOCAL DA OBRA:** RUA TORTA - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 604/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 965, de 29/04/2019 e do parecer do Chefe, de 19/06/2019, referindo que a requerente foi notificada, nos termos do artigo 122º do C.P.A., da intenção de indeferimento do pedido de licenciamento, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, no entanto, não se pronunciou no prazo concedido.

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere o indeferimento do pedido, com o consequente arquivamento do processo, sendo dado conhecimento aos serviços de fiscalização.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**51-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO – PROC. 245/17 **(COD 42)**

**REQUERENTE:** LURDES MARIA OLIVEIRA ROSÁRIO

**LOCAL DA OBRA:** RUA DO CALVÁRIO - FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 605/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que surge no seguimento da informação n.º 1154, de 21/05/2019, e do parecer do Chefe, de 26/06/2019, que refere que a requerente foi notificada, nos termos do artigo 122º do C.P.A., do projeto de decisão de declaração de caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 6 do artigo 20º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de

dezembro, na sua atual redação, dado que não apresentou os projetos de especialidade dentro do prazo.

No entanto, não se pronunciou no prazo concedido, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**52-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 373/16 (COD 42)**

**REQUERENTE:** JOAQUIM DUARTE DOS SANTOS

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE MOLFUMEGA - CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 606/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que surge no seguimento da informação n.º 986, de 02/05/2019, e do parecer do Chefe, de 27/06/2019, que refere que o requerente foi notificado, nos termos do artigo 122º do C.P.A., do projeto de decisão de declaração de caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 6 do artigo 20º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, dado que não apresentou os projetos de especialidade dentro do prazo.

No entanto, não se pronunciou no prazo concedido, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**53-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 299/16 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** ANA MARIA MOREIRA SARAIVA

**LOCAL DA OBRA:** RUA DO BARREIRO - SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 607/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 1206, de 24/05/2019 e do parecer do Chefe, de 27/06/2019, referindo que a requerente foi notificada, nos termos do artigo 122º do C.P.A., da intenção de indeferimento do pedido de licenciamento, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, no entanto, não se pronunciou no prazo concedido.



Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere o indeferimento do pedido, com o consequente arquivamento do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**54-ASSUNTO:** ALTERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 336/14  
(COD 42)

**REQUERENTE:** MARIA JOÃO RODRIGUES COSTA GOMES

**LOCAL DA OBRA:** TRAVESSA DA CALÇADA - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 608/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que surge no seguimento da informação n.º 1019, de 07/05/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 19/06/2019, referindo que a requerente foi notificada, nos termos do n.º 5 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, do projeto de decisão de declaração de caducidade do ato de licenciamento, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo.

Dado que não solicitou a emissão do alvará de licença de obras, no prazo de um ano, nem se pronunciou no prazo concedido, propõe que a Câmara delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

**55-ASSUNTO:** REPOSIÇÃO DE LEGALIDADE URBANÍSTICA – PROC. 192/14 (COD 42)

**REQUERENTE:** CATARINA EMÍLIA OLIVEIRA VAZ TEIXEIRA

**LOCAL DA OBRA:** RUA D. JOÃO DA SILVA CAMPOS NEVES - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 609/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que surge no seguimento da informação n.º 1426, de 24/06/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 28/06/2019, propondo que a Câmara delibere, nos termos da alínea c) e f) do n.º 1 do artigo 102º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, que se notifique a requerente para, no prazo de 30 dias, proceder à reposição da legalidade urbanística, dando cumprimento ao referido no ponto 4 da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

**56-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE REALIDADE MATERIAL AUTÓNOMA – PROC. 192/19  
(COD 42)

**REQUERENTE:** ARMANDO DE SOUSA COELHO FERREIRA

**LOCAL:** QUINTA DE MANHOS – LAMEGO

Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 610/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, de acordo com a informação n.º 1437/DOU, datada de 24/06/2019, que delibere que se certifique que o prédio em causa já constituía realidade material autónoma, antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 289/73, de 6 de junho – Lei dos Loteamentos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**57-ASSUNTO:** ELEVADOR INSTALADO NO EDIFÍCIO DAS COLINAS DO PARAÍSO – PROC. 287/11 (COD 42)

**REQUERENTE:** CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO DAS COLINAS DO PARAÍSO

**LOCAL:** URBANIZACAO DE S. GENS, BLOCO B - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 611/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara que surge na sequência da informação n.º 1180/DOU, de 22/05/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 27/06/2019, que refere que o requerente não deu cumprimento à notificação efetuada em 10/08/2018, para que solicitasse a inspeção do elevador.

Assim, podendo estar em causa as condições de segurança dos utilizadores do elevador, propõe à Câmara Municipal que delibere que se proceda à selagem do elevador, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 11º do decreto-lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**20-ASSUNTO:** MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

**21-ASSUNTO:** TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária